
RESPOSTA AOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÕES 01/2024

Belo Horizonte, 14 de março de 2024

Trata-se de Impugnações ao Edital Pregão Eletrônico n.º 0262/2023 – Processo Administrativo n.º 004005-01150, cujo objeto é a *contratação de empresa especializada em impressão corporativa (outsourcing de impressão), solução que engloba prestação de serviço de locação de impressoras, com fornecimento de suprimentos (exceto papel), sistema de gerenciamento de impressões, instalação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados e impressões mensais, conforme especificações constantes nos seguintes Anexos.*

1 - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme subitem 4.1 do Edital convocatório, o prazo final para a apresentação de impugnação é de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de realização da Sessão de Licitação, excluindo-se da contagem a data da sessão, programada para 05/03/2024. Dessa forma, considerando que as impugnações foram apresentadas, antes do ato de suspensão, em 29 de fevereiro, as manifestações se mostram tempestivas.

2 - DAS IMPUGNAÇÕES

Desta feita, abaixo transcrevemos trechos para entendimento dos pontos impugnados que, em síntese, envolvem matéria de natureza técnica e demais exigências em instrumento convocatório, sob a compreensão das impugnantes, prejudiciais para oferta de propostas alegando os impugnantes o seguinte:

- i. Divulgação do valor de referência da licitação com o fim de ser evitada a participação de empresas cujos índices inferiores a 1 terem a ciência se conseguirão comprovar o mínimo percentual exigido, no caso 10%, do valor de referência do Lote pretendido;

O Edital em seu item 10.3 – subitem 10.4.1.1 preve:

“Comprovar a boa situação financeira da empresa através de apresentação de balanço patrimonial de forma que seja possível calcular os índices econômicos referentes a Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente superiores a 1 (um) e/ou que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor de referência para o Lote pretendido”

Ocorre que a licitação em tela tem seu valor sigiloso, o que impossibilita as licitantes com índices inferiores a 1 saberem se conseguiram comprovar os 10% de capital mínimo ou patrimônio líquido, dessa forma, para se evitar a participação indevida de uma empresa que se enquadra nessa situação, torna-se imperioso que a Administração torne público o valor estimado para a contratação.

- ii. Omissão do prazo de apresentação da prova de conceito;
- iii. Aceitação de apenas 01 (um) fabricante para os equipamentos do Tipo I, II e III;
- iv. Possível restrição à participação em decorrência das especificações técnicas dos equipamentos;
- v. Revisão das especificações técnicas exigidas pelo instrumento convocatório de modo a ser evitada especificações de eficiência máxima e ampliar a competitividade;

3 - DA NATUREZA JURÍDICA DO SESC

Inicialmente, ao contrário da compreensão das impugnantes, cabe ressaltar que o Sesc não é entidade pública, por conseguinte, não é integrante da Administração Pública, seja ela direta ou indireta. Trata-se de Instituição de direito privado sem qualquer vinculação ao Estado, criada em 13/09/1946 por meio do Decreto-Lei nº 9.853, com objetivo de contribuir para a qualificação do mercado pela formação e valorização do trabalhador, tendo como escopo, ainda, a assistência social nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

Aliás, além de estar previsto no artigo 2º do Decreto-Lei nº 9.853 de 13/09/1946, de forma expressa, que o Sesc possui personalidade jurídica de direito privado, a própria Constituição Federal/1988, em seu artigo 240, dispõe que os serviços sociais autônomos e de formação profissional vinculados ao sistema sindical são instituições privadas, e não públicas, como equivocadamente está sendo enquadrado.

Destarte, importante salientar que, em matéria de licitações para contratações de prestadores de serviços ou fornecedores, o Sesc em Minas se sujeita às regras estabelecidas pelo Regulamento de Licitações e Contratos próprio, consolidado pela Resolução nº 1.570/2023, de 20/09/2023, do Conselho Nacional do Sesc, e não à Lei Federal nº 8.666/93 e outras aplicáveis à Administração Pública.

Neste aspecto, importante, ainda, salientar que a validade e eficácia dos procedimentos que envolvem as licitações e contratos no Sesc não são vinculados e determinados pela Lei Federal de Licitações. Não se interpreta extensivamente ao Sesc os deveres, limites, proibições a que a Administração Pública se sujeita, admitindo-se, no que couber, a observância dos princípios gerais da administração pública. Sobre isso, já manifestou o Tribunal de Contas da União em uma de suas decisões:

As Entidades do Sistema “S” não são alcançadas pelo art. 1º da Lei 8.666/93. (AC 3362/2009-1ª Câmara). Os Serviços Sociais Autônomos, por não estarem incluídos na lista de entidades enumeradas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.666/1993, não estão sujeitos à estrita observância dessa Lei, mas sim a seus regulamentos próprios devidamente publicados, os quais devem se pautar nos princípios gerais do processo licitatório, devendo, contudo, ser consentâneos com os princípios constantes do art. 37, caput, da Constituição Federal e seguir os princípios gerais relativos à administração pública. (sem destaques no original).

Vê-se, assim, que ao contrário do pretendido nas impugnações ao Edital – Pregão Eletrônico nº 0262/2023, não são de aplicação direta no caso em tela a Lei nº 8.666/93, 14.133/2021, dentre outras normas voltadas à Administração Pública.

Ultrapassadas as questões afetas à natureza jurídica do Sesc em Minas e as normas a que se sujeita, passa-se à análise do mérito.

4 – DA ANÁLISE

Conforme já tratado neste documento, o Sesc em Minas não é integrante da administração pública direta ou indireta, possuindo personalidade jurídica de direito privado, assim como Regulamento de Licitações e Contratos. Logo, não estamos subordinados a observância dos estritos procedimentos das Leis Federais nº 8.666/1993, 10.520/2002, 14.133/2021, entre outras.

Verifica-se que as impugnações aqui tratadas versam sobre exigências técnicas.

Nesse aspecto, é importante destacar que cabe à área técnica demandante, detentora de conhecimentos técnicos, estabelecer as definições técnicas, em atenção e respeito aos princípios básicos que orientam as contratações em âmbito do Sesc, se atentar e sopesar quanto à aplicabilidade dos princípios de regências de suas contratações com o fim, primordial, de se alcançar a melhor contratação possível.

Assim, tratando-se das razões de matéria técnica, por sua vez, a área técnica demandante, manifestou:

- **Da qualificação econômico-financeira e divulgação do valor de referência da licitação;**

O item tem como objetivo limitar empresas sem qualificação econômico-financeira adequada para execução do objeto licitado, levando a contratação de empresa incapaz de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento pela contratada das obrigações previstas em legislações específicas e no contrato.

Pois bem, em acordo com o manifesto técnico, cumpre-nos ressaltar, que tais exigências encontram-se amparo no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc – Resolução SESC n.º 1.570/2023, em destaque Artigo 3.º, Parágrafo Único e Artigo 16, inciso III, letras 'a' e 'd', não sendo, para cumprimento da exigência 10.4.1.1, condição *sine qua non*, a disponibilização do valor de referência. Caberão as proponentes apresentarem as informações conforme exigências previstas no instrumento convocatório e posteriormente objeto de análise e julgamento pelo Pregoeiro e Equipe Técnica.

- **Da omissão do prazo de apresentação da prova de conceito;**

Vide Errata 01.

- **Da aceitação de apenas 01(um) fabricante para os equipamentos do Tipo I, II e III e possível restrição à participação.**

Foi realizado pesquisa de mercado pelo Sesc em Minas e identificado que mais de uma marca e modelo atendem aos requisitos especificados no termo de referência e seus anexos, para os tipos I, II e III mantendo a obrigatoriedade do item 5.9.

Ademais, além de ser claramente evidenciada a necessidade em questão, importante destacar, contrária a alegação da impugnante quanto ao possível ineditismo da exigência e falta de razoabilidade, imperioso esclarecer que o Sesc em Minas, para todas as suas aquisições e contratações de prestadores de serviços ou fornecimentos de bens, conforme diretrizes constantes no Regulamento de Licitações e Contratos e normativos internos de regência, antes da publicação dos Instrumento Convocatórios em Licitações, promove estudos para levantamento da necessidade ora pretendida e prática adotada pelo mercado por meio de pesquisas mercadológicas em fontes diversas, cujo fim é verificar se determinas condições e exigências constantes do Termo de Referência que integrará o futuro Edital são aderentes ao mercado, o que se pode concluir pela razoabilidade da exigência ora impugnada.

- **Das especificações técnicas dos equipamentos**

- a) EQUIPAMENTO TIPO 1 – IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL POLICROMATICA A3 - RTE025 - Deve possuir disco rígido de no mínimo 320GB;

Conforme item RTE025, será aceito tecnologia em disco rígido de no mínimo 320GB.

- b) RTE028 - Deve permitir volume mensal de impressão de no mínimo de 30.000 páginas;

Vide Errata 01.

- c) RTE040 - Deve permitir salvar digitalização em pasta na rede nos formatos Envio digital: PDF, JPEG, TIFF, PDF pesquisável (OCR), PDF/A pesquisável (OCR), HTML (OCR), CSV (OCR);

Foi realizado pesquisa de mercado pelo Sesc em Minas e identificado que mais de uma marca e modelo atendem aos requisitos especificados no termo de referência e seus anexos, mas visando maior concorrência para o certame o item será readequado mediante publicação de errata.

- d) RTE050 - Deve permitir cópias contínuas de 1 a 9999.

Vide Errata 01.

e) EQUIPAMENTO TIPO II – IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A4

RTE058 - Deve possuir velocidade mínima de impressão de 48 ppm em A4 e Carta;

Vide Errata 01.

f) RTE065 - Deve possuir disco rígido de no mínimo 320GB;

Em relação a especificação acima, alguns Fabricantes utilizam da tecnologia SSD/SD CARD dessa forma visando a oferta de outros Fabricantes sugere-se que além do disco rígido sejam aceitos a tecnologia SSD/SD CARD, uma vez que tal alteração não compromete o nível de qualidade esperada pelo SESC.

Conforme item RTE025, será aceito tecnologia em disco rígido de no mínimo 320GB.

g) RTE072 - O equipamento deverá suportar os seguintes tipos de mídia: papel, transparência, etiqueta, cartões e envelopes;

Vide Errata 01.

h) RTE081 - Deve permitir salvar digitalização em pasta na rede nos formatos Envio digital: PDF, JPEG, TIFF, PDF pesquisável (OCR), PDF/A pesquisável (OCR), HTML (OCR), CSV (OCR);

Foi realizado pesquisa de mercado pelo Sesc em Minas e identificado que mais de uma marca e modelo atendem aos requisitos especificados no termo de referência e seus anexos, mas visando maior concorrência para o certame o item será readequado mediante publicação de errata.

i) EQUIPAMENTO TIPO III – IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A4

RTE101 - O equipamento deverá suportar os seguintes tipos de mídia: papel, transparência, etiqueta, cartões e envelopes;

Vide Errata 01.

- **Revisão das especificações técnicas exigidas pelo instrumento convocatório de modo a ser evitada especificações de eficiência máxima e ampliar a competitividade;**

As especificações contidas no termo de referência e em seus anexos foram baseadas em amplo estudo das necessidades da instituição, que possui amplo quadro de funcionários que utilizam os serviços de impressão continuamente, necessitando de altos volumes de impressão e velocidade nestes processos, pois garantem alta produtividade e economia de tempo para os fluxos internos e externos. Ainda em estudo realizado pelo Sesc em Minas identificou-se que diversas marcas e modelos são compatíveis com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência e em seus anexos.

Conforme citação da impugnante “Utilizamos a tabela acima levando-se em conta não só a Douta Femar, mas também a maioria dos órgãos da Administração. Neles, a maior parte dos trabalhos impressos contém de 1 a 5 páginas, não necessitando de impressoras de grande porte. Temos tal fato em razão da implementação dos sistemas eletrônicos de documentos, o que faz com que os processos já nascem digitais, diminuindo drasticamente tudo que é impresso (e digitalizado). Esta é a razão pela qual entendemos não haver nenhum sentido na utilização da Norma ISO, ainda mais nos parâmetros solicitados no Termo de Referência”. O Sesc em Minas não se trata de um órgão público, não podendo ser balizado como tal, também não há identificação de tabela no contexto do pedido de impugnação muito menos fonte ou estudo que em órgãos públicos a impressão utilizada são de 1 a 5 páginas, não tendo a alegação fundamentos concretos ou de fontes fidedignas.



Com base no pedido de impugnação, a empresa Grupo Positiva cita “que os fabricantes das impressoras LASER/LED com o claro intuito de RETIRAR a tecnologia JATO DE TINTA dos processos licitatórios, passaram a solicitar aos órgãos que incluíssem A NORMA ISO acima em seus editais”. Ora o Sesc em Minas não se trata de um órgão público nem tão pouco permite que fabricantes ou fornecedores venham incluir, retirar ou mesmo modificar itens em seus termos de referência. Vale citar ainda que a ISO se trata de Organização Internacional de Normalização, essa que tem como objetivo criar normas que facilitem o comércio e promovam boas práticas de gestão e o avanço tecnológico, além de disseminar conhecimentos, diferente das fontes citadas pela impugnante que são baseadas em blogs e perfis de redes sociais.

Ante tais considerações, entendemos que não há ilegalidade no Edital, mantendo o entendimento contido no atual instrumento convocatório.

5 - DA DECISÃO

Isto posto, **CONHEÇO** das impugnações apresentadas, e no mérito **NEGO-LHES PROVIMENTO**, desse modo, mantendo o referido Edital inalterado.

Frederico Norberto F. Cadeira
Pregoeiro Oficial

David Gonçalves Lima Junior
Coordenador de Infraestrutura de TI